



COLÓQUIO “AS ACADEMIAS EM DIÁLOGO COM A CIÊNCIA E A CULTURA. O PASSADO E O FUTURO”, NA FUNDAÇÃO ORIENTE

## A SIMBOLOGIA DA ORDEM DE CRISTO NA CULTURA E NA CIÊNCIA

Comunicação apresentada pelo académico  
Rui da Costa Pinto, em 24 de novembro



A Cruz da Ordem de Cristo remonta muito antes dos tempos modernos. Podemos vê-la nas estelas que designam um pilar, coluna ou laje cravada no solo com epígrafe escrita ou simbólica.

A estela funerária “significa um pilar, coluna ou laje fincada no solo com inscrição escrita ou figurativa comemorativa de determinado evento”<sup>1</sup> e era posicionada na cabeceira das sepulturas medievais.

Aparece em formas de cruz templária, cruz grega, cruz pátea, ornamento cruciforme, cruz latina e cruz de tau.

A maior parte era composta por uma secção elevada em feitiço de círculo, ajustada num suporte que era penetrado de modo a prendê-las ao chão. Eram na sua maioria ornamentadas, numa ou ambas as faces, prevalecendo a representatividade religiosa, mas conseguindo envolver também iconografia de diferente constituição.

---

<sup>1</sup> CHAMBINO, Mário Lobato Estelas medievais da igreja matriz do Rosmaninhal. Acafa. on line, nº2 (2009). [consultado em 10/12/2017]. Disponível em [http://www.altotejo.org/acafa/docsN2/Estelas\\_Medievais\\_da\\_Igreja\\_Matriz\\_do\\_Rosmaninhal.pdf](http://www.altotejo.org/acafa/docsN2/Estelas_Medievais_da_Igreja_Matriz_do_Rosmaninhal.pdf)

A cruz de braços idênticos, nas suas feições e medidas diferentes, nomeadamente na cruz templária, compõe o propósito mais frequente da iconografia das estelas medievais.

A cruz parece mostrar-se, como um atributo cristão, de reconhecimento do falecido com a sua fé e não simplesmente uma razão ornamental.<sup>2</sup>

A predominância da cruz debaixo de variadas figuras mostra o conceito cristão do falecimento e a vontade metafórica do fiel em sucumbir perto dela, experienciando a ressurreição tal como Cristo. É possível aludir que elas apareceram logo a seguir à Reconquista Cristã e até ao século XV, e mesmo posteriormente.

“A Cruz aparece carregada de significado e é um dos símbolos mais documentados desde os tempos mais remotos. A Cruz simboliza a Terra e é a base de todos os símbolos de orientação (se tivermos em conta os pontos cardeais) ... É a cruz que estrutura a planta dos Templos, que atravessa os campos e os cemitérios. A intersecção dos seus braços marca as encruzilhadas. A iconografia Cristã conotou a cruz com a imagem da crucificação de Cristo”<sup>3</sup>

As descobertas trazem consigo a cruz encarnada de braços regulares, com uma cruz branca justaposta, era o símbolo da Ordem Militar de Cristo.



A Ordem dos Templários entrou em Portugal em 1127. A partir de 1160, os cavaleiros estabeleceram-se em Tomar e, em 1162, o Grão-Mestre da Ordem, D. Gualdim Pais, criou o Convento de Tomar.

Em 1312 Clemente V termina com a Ordem do Templo através da bula *Vox Clamantis*. Mais tarde, o Sumo Pontífice determinou que o seu património fosse para a

<sup>2</sup> VIANA, A. – **Estelas discóides do Museu de Beja**. Arquivo de Beja. vol. VI, 1949. p 85. In MALVEIRO, José Daniel - Estelas funerárias medievais, do distrito de Beja – formas, suportes e iconografia. [consultado em 10/12/2017]. Disponível em [https://congressoap.files.wordpress.com/2016/12/artigo\\_113c.pdf](https://congressoap.files.wordpress.com/2016/12/artigo_113c.pdf)

<sup>3</sup> GUEDES, Jorge e COSTA, Luís (2003) - Cabeceiras de Sepulturas do adro da Igreja Matriz de Loures. Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias (16, 17 e 18 de Maio de 2005) in “O Arqueólogo Português”. Suplemento 3. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 199-213

Ordem do Hospital. O monarca de Portugal determinou que se averiguasse de alguma falha possível nos Templários mas foram inocentados.

D. Dinis, não aceitou e, junta temporariamente à coroa os pertences, dos Templários, e negocia junto do Vaticano para a formação de uma nova ordem religiosa, evidenciando a utilidade de proteger Portugal dos muçulmanos junto dos limites de Portugal em Marrocos e no sul da Península. Após quatro anos D. Dinis consegue a permissão para instituir a recente ordem religiosa de Cristo.

A 14 de Abril, foi concluído o convénio entre D. Dinis e o monarca castelhano, com o objectivo de obstar que os rendimentos da Ordem dos Templários fossem entregues a outros.

A Ordem Militar de Cristo, foi fundada pelo Rei D. Dinis em 1318 e confirmada pela Bula *Ad ea ex quibus* dada pelo Papa João XXII em Avignon, em Março de 1319. A Bula foi emitida a pedido do Rei D. Dinis para que a Ordem criada sucedesse à Ordem do Templo, extinta em 1311 pelo Papa Clemente V.

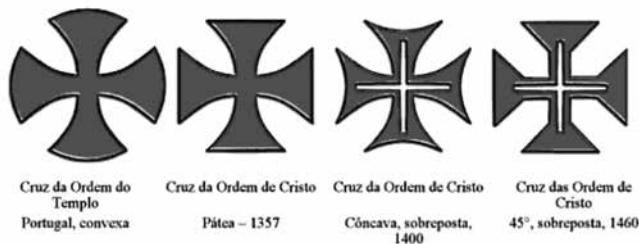
A 19 de Março de 1319, por bula de João XXII é fundada a *Ordo Militae Jesu Christi*, ou Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo. D. Dinis vai entregar aos cavaleiros desta ordem, o património e os benefícios dos templários.

As vestes dos cavaleiros eram brancas com a cruz vermelha, mas a sua aparência era algo diferente: a Ordem do Templo tinha os braços curvos, na Ordem Militar de Cristo a cruz tem os braços direitos com serifas nas extremidades e a branco no centro, que personificava fé, pureza, e acolhimento. Tratava-se de uma ordem régia a disposição de uma cruz grega por cima da cruz vermelha. Na verdade, a cruz da Ordem de Cristo, não é uma, mas sim duas.

Em 1357 o domicílio da Ordem de Cristo é o mesmo dos cavaleiros templários, o castelo de Tomar. A sua cruz é procedente da Cruz dos Templários, mas as bases das extremidades dos quatro braços são aplanados.

Na posterior cruz da ordem de cristo de 1400, as extremidades são côncavas.

Nos monumentos manuelinos, nomeadamente nos balcões da Torre de Santa Maria de Belém, avistamos a Cruz da Ordem de Cristo com os extremos côncavos (do lado esquerdo a varanda virada para a foz do Tejo) e uma terceira Cruz, com as extremidades findando em 45 graus (do lado direito, varanda virada para a nascente do Tejo).



O Infante D. Henrique torna-se Grão-Mestre para governador e regedor da Ordem de Cristo.

É com o Infante que muitos navegadores se tornam Cavaleiros da Ordem de Cristo e vice-versa. Granjeia do Papa a agremiação do voto parcial de pobreza possibilitando que o cavaleiro, e por legado a sua família, provesse de um terço do património que ambicionasse para a Ordem.

Queda-se a Ordem vinculada ao espiritual das terras descobertas.

Ao apontar como seu sucessor o seu sobrinho D. Fernando, o Infante vai entregar o governo da Ordem à coroa. De 1484 a 1521, são governadores e administradores da ordem de cristo, D. Manuel, sobrinho neto do Infante e irmão do duque D. Diogo e D. Fernando, que foram seguidos por D. João III.

Os Forais Manuelinos apresentam a sinalética como é o caso do foral do Porto

Os cavaleiros que pretendessem constituir família em terras descobertas estavam isentos de voto de castidade.

É com D. Manuel que a Ordem terá o seu mais profundo envolvimento na empresa dos Descobrimentos, tanto no espiritual, entregando à Ordem o eclesiástico das paróquias do ultramar, como no temporal.

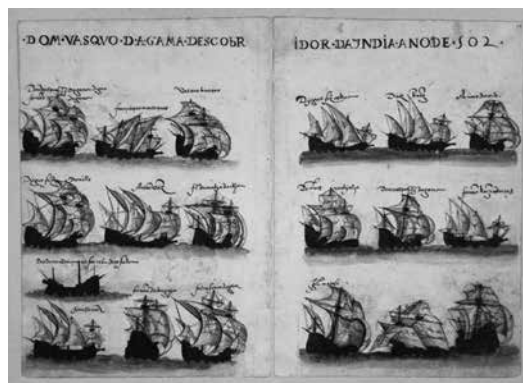
D. João III obriga os monges da Ordem à prática de uma vida de retiro e consegue do Sumo Pontífice o privilégio dos monarcas lusos se poderem tornar infindavelmente mestres da Ordem de Cristo.

Os Filipes sucederiam aos seus antecessores como mestres da Ordem.

Com a Restauração de 1640, a coroa portuguesa resgata a cavalaria na Ordem de Cristo com uma novidade: Os novos cavaleiros sucedem de frades seculares da Ordem que subsistiam no exterior do convento com as suas linhagens. O seu mister era especialmente o de combater nas lutas da Restauração.

Em 1834 a Ordem de Cristo é suprimida, contudo D. Maria II, preserva-a enquanto Ordem Honorífica. E também na honorífica Imperial Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo. A República condecora com o Grande-Colar da Suprema Ordem de Cristo os Chefes de Estado católicos notáveis.

Nos séculos XV e XVI foi empregue nas velas das embarcações das Descobertas.



Armada de Vasco da Gama - Livro de Lisuarte de Abreu



Armada de Pedro Álvares Cabral «No Anno de 1500»

Sendo também regular deparar com o símbolo nas representações dos Monarcas Portugueses.



Com a entrada do século XX, as aviações do Exército (Aeronáutica Militar) e da Marinha (Aviação Naval) foram fundidas num ramo independente denominado Força Aérea Portuguesa e a Cruz de Cristo foi a emblemática para representar a mesma.

Foi também o símbolo do Movimento Nacional-Sindicalista, um grupo nacionalista e tradicionalista, associada ao Integralismo Lusitano, do início dos anos de 1930, em Portugal.

A região Autónoma da Madeira tem a Cruz da Ordem de Cristo na sua bandeira, indicando assim o passado da ter sido encontrada por dois cavaleiros da Ordem de Cristo: João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira.

O estandarte da Ordem de Cristo foi igualmente o ícone das terras do Brasil muitas das suas prefeituras dispõem do mesmo na sua Bandeira ou no seu Escudo como Florianópolis, Porto Alegre ou São Paulo.

No Futebol a Selecção Portuguesa e a Selecção Brasileira usam-na, bem como o Club de Regatas Vasco da Gama ou o Clube de Futebol “Os Belenenses” e outros.

É a grande insígnia da Marinha, e corre nas velas do NRP Sagres, numa alusão clara aos Descobrimentos e à Náutica Portuguesa.



Torre das Águias

A Torre das Águias foi construída na desaparecida Vila das Águias, um povoação que em 1361 se estabeleceu como sede de concelho, fundada pelo rei D. Pedro I e cedida a Pedro Afonso (5 de Setembro de 1361), rico-homem da sua câmara que a separou do concelho de Coruche e a tornou sede de concelho.

Em 1519 a localidade voltou a receber novo foral, doado por D. Manuel e no ano seguinte a jurisdição da povoação passou, por aquisição ao camponês André do Campo, pelo almotacé-mor de D. Manuel I, D. Nuno Manuel, ainda o rei era só duque de Beja.



Torre das Águias

A 7 de Abril de 1535 a vila perdia o seu estatuto concelhio, ficando integrada na freguesia de Brotas. Nesse ano, o Cardeal-infante D. Afonso, permite-lhe independência clerical, atribuindo a sede paroquial da Vila das Águias para a região, onde foi atribuído o milagre de Nossa Senhora de Brotas.

A relação de 1527 de vila das Águias não faz qualquer menção à torre, conseguindo calcular-se que não existia na altura. José Custódio Vieira da Silva (1995) e Correia Lopes (1991), argumentam que foi D. Nuno Manuel quem estipulou a construção da torre. Ela encontrava-se edificada em 1531, já que, Bernardo de Bronseval passou por aqui quando se deslocou a Espanha e Portugal. Assim, a torre seria construída entre 1527 e 1531, por Fradique Manuel.<sup>4</sup>

Na Guerra da Restauração da Independência, D. Álvaro Manuel, conde de Atalaia, veio viver para a Torre das Águias em 1665, aqui falecendo a 9 de Fevereiro de 1686.

De acordo com o padre António Carvalho da Costa, a demarcação da vila das Águias era dos condes da Atalaia e possuía dezasseis propriedades, aproveitadas na caça.<sup>5</sup>

O sismo de 1755 trouxe meramente uma brecha que percorre uma fachada na torre que foi rectificadas com taipa. Segundo as Memórias Paroquiais de 1758 não expunha destruição.

Está identificado como Monumento Nacional pelo Decreto desde 16 de Junho de 1910.

Em 1927 a edificação mantinha-se na propriedade do conde de Fontalva.

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) realizou obras de conserto geral em 1946.

<sup>4</sup> Senhor de Tancos e Atalaia e fidalgo da corte de D. Manuel.

<sup>5</sup> COSTA, Padre António Carvalho da - Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, 1708. [Consultado em 10/12/2017]. Disponível em [http://purl.pt/434/3/hg-1065-v/hg-1065-v\\_item3/index.html#5](http://purl.pt/434/3/hg-1065-v/hg-1065-v_item3/index.html#5)



Em 1950 o possuidor da torre era João Lopes Fernandes, morador em Cabeção.

Oito anos depois a torre achava-se em crescente situação de degradação e o então locador quis transferi-la para o Estado, sem resultado.

Após o 25 de Abril de 1974 a torre foi ocupada por outros.

Em 1978 foram feitas obras de preservação e restauro na altura em que se realizaram intervenções de renovação das abóbadas dos dois primeiros pisos e reparos de consolidação. No ano seguinte fizeram-se obras de estabilização, no primeiro piso, nas paredes, pavimentações e escadas e de reestruturação de nervuras e abóbadas no segundo e terceiro pisos, inacabados por falta de numerário.

Em 1984 deu-se o desmoronamento de pedras do alicerce do acesso principal da torre e o aparecimento de dilatadas fissuras na frontaria principal.

Em 1991 fez-se a remodelação das abóbadas do segundo piso e de duas fachadas.

Desconfia-se que a torre foi atingida por um relâmpago no século XX.

O monumento está profundamente degradado, está ao abandono com as lindas abóbadas que perdem as suas belas chaves, sem acesso aos pisos superiores como se pode ver pelas fotos.

Fundada como um “solar fortificado” de modelo gótico-manuelino, possivelmente destinado a “(...) repouso das caçadas de grossa montaria (...)”<sup>6</sup>, o monumento conservou a traça primitiva, parecida com construções do mesmo género erguidos na zona de Évora na mesma época, como a Torre do Esporão, e a Torre do Carvalhal e a Torre de Coelheiros.

De forma quadrada de 18 metros de lado por 22 de altura, cujas paredes junto ao solo chegam aos dois metros de largura, tem quatro andares com aberturas nas fachadas. A edificação é encimada por um terrado com merlões e por seis amplos coruchéus apoiados em cachorros e matacães, despontando dez chaminés.

A fachada sudeste, supostamente a central, já que exhibe uma abertura possivelmente para um brasão de armas, exhibe uma grande quantidade de aberturas.

Todas as chaves e mísulas das abóbadas mostram bocetes com decoração manuelina, cruces da Ordem de Cristo, motivos vegetalistas e geométricos, como por exemplo bolas, espirais, círculos concêntricos. Expõe sinais de soalho interno em tijoleira no primeiro e segundo pisos.

Na parte de dentro, no primeiro piso abre-se uma extensa sala, envolvida por abóbada de cruzaria ogivas e um grande fogão de chão, seguida no segundo piso de uma nova sala também com uma abóbada de ogivas. Os outros dois pisos são, envolvidos por abóbadas abatidas.

---

<sup>6</sup> COSTA, Padre António Carvalho da - *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, 1708. [Consultado em 10/12/2017]. Disponível em [http://purl.pt/434/3/hg-1065-v/hg-1065-v\\_item3/index.html#/5](http://purl.pt/434/3/hg-1065-v/hg-1065-v_item3/index.html#/5)  
*Torre das Águias*. [consultado em 10/12/2017]. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70383/>

Curioso este “carácter defensivo”, que lhe confere “ (...) um volume belicoso só comparável às velhas e medievais torres de menagem (...)”.<sup>7</sup>

Na Iluminura de D. Sebastião recém-nascido, na obra *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe*, datada de 1554 podemos rever a emblemática manuelina.



No Neomanuelino repete-se a iconografia no mosteiro de Santa Maria de Belém, no Palace Hotel do Buçaco, no edifício dos Paços do Concelho de Sintra, no Palácio Nacional da Pena e na Quinta da Regaleira. Também o arquétipo de construção revivalista frequente na primeira metade do século XX, a reconstrução dos pelourinhos com a esfera armilar e a cruz da ordem de cristo (às vezes em metal) e outros elementos decorativos.

<sup>7</sup> Torre das Águias. [consultado em 10/12/2017]. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70383/>



Fachada do Museu da Marinha



Pelourinho de Ponte de Lima



Pelourinho de Paçó

A utilização da cruz foi aproveitada por inúmeras exposições onde Portugal participou, como por exemplo na Exposición Histórico-Americana de Madrid, 1892



ou na Exposição Universal de Sevilha, 1929 e na Exposição Colonial Portuguesa no Porto, 1934.



Henrique Galvão (Comissário desta última) dizia: “A Primeira Exposição Colonial Portuguesa é filha de um pensamento de política Imperial que, na larga e brilhante representação portuguesa na Exposição Internacional de Paris teve a sua realização inicial.”<sup>8</sup>

A Exposição Colonial do Porto em 1934 ajudará ainda, como teste, à Exposição do Mundo Português de 1940. O principal espaço de exposição foi o Palácio das Colónias, o antigo cristal Palace, que havia sido coberto por uma nova estrutura temporária.

Independentemente de reduzidas proporções, o corredor principal revelava no centro, erguido em três degraus de pedra, uma coluna que suportava o Brasão nacional e, em posição elevada, uma cruz da Ordem de Cristo.



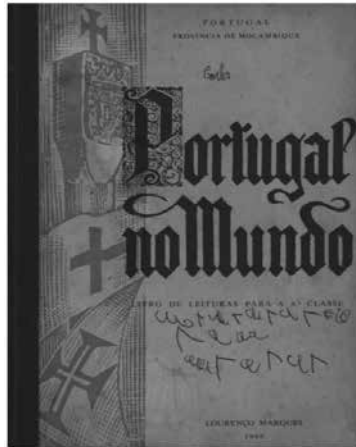
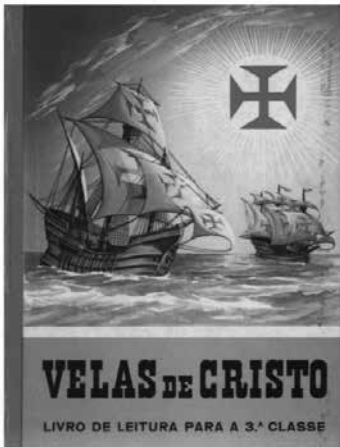
As Festas da Cidade de Lisboa, 1935

---

<sup>8</sup> -O Porto dos anos 30–A Exposição Colonial 1934. [consultado em 10/12/2017]. Disponível em <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2014/02/o-porto-dos-anos-30a-exposicao-colonial.html>



Exposição do Mundo Português, Lisboa, Inauguração (23/06/1940)



Instrução / Educação